PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL*

Antônio Agenor Briquet de Lemos
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
70710 Brasília, DF

RESUMO

Através de um relato histórico sobre fatos, instituições e documentos governamentais, esboça um estudo de situação do desenvolvimento da informação científica e tecnológica no Brasil. Analisa o histórico do IBBD, criado em 1954, sua transformação em IBICT, em 1976, a a evolução de seus objetivos diante das mudanças em nível de governo e de adaptação à realidade brasileira na área de informação científica e tecnológica. Destaca o surgimento, em 1968, do Sistema de Informação Tecnológica, no MIC, bem como o amplo trabalho que chegou a definira forma que teria o proposto Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). Trata da elaboração, em 1984, da Ação Programada em Informação em Ciência e Tecnologia, que conseguiu reunir de forma sintética e objetiva as características de um diagnóstico e de um conjunto articulado de diretrizes e atividades prioritárias.
São também citadas duas outras atividades de planejamento consideradas importantes: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCTJ, do qual faz parte um Subprograma de Informação Científica e Tecnológica, e o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. Esboça os subprogramas das partes integrantes do Plano Trienal do IBICT, para 1987—1989, os quais deverão ser desdobrados em projetos específicos. As dificuldades inerentes às atividades de planejamento em um país em desenvolvimento se situam, principalmente, na efetiva execução dos planos e na distribuição irregular de verbas. Devido à complexidade de elementos diversos, torna-se a almejada coordenação, numa sociedade democrática, bastante difícil.

O interesse governamental com o desenvolvimento da informação científica surge, no Brasil, no início da década de 50, em decorrência da decisão da UNESCO de promover a instalação, num grupo de países em desenvolvimento, de centros nacionais de documentação.

Por essa época, já existia uma atividade de documentação na área de ciências sociais, particularmente a que se desenvolvia em torno da recém-criada Fundação Getúlio Vargas. É junto a essa instituição que a UNESCO buscará os contatos para efetivar a sua proposta de estabelecimento de um centro nacional de documentação.

Dos entendimentos entre a Fundação Getúlio Vargas e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que fora criado em 1951, este organismo aceitou a responsabilidade pela implementação da proposta da UNESCO.

Assim, em 1954, por decreto presidencial, foi criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisas, hoje Conselho Nacional de

* Conferência feita na Biblioteca Nacional de Lisboa, em 4 de junho de 1986.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
As finalidades do IBBD eram: a) promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação; b) estimular o intercâmbio entre bibliotecas *e* centros de documentação, no âmbito nacional e internacional; e c) incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do País, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores.

O País encontrava-se, então, no início de um novo ciclo de desenvolvimento industrial, marcado por uma crescente intervenção do Estado na economia, tendo como fulcro a política de substituição de importações e a construção da indústria de base.

No campo científico e tecnológico, acentuava-se a preocupação com a energia nuclear, marcada pela defesa das jazidas de minerais radioativos, como o tório e o urânio, até então expostas a uma exploração desinibida e predatória de empresas estrangeiras. Com efeito, a questão nuclear foi a principal motivação para que se criasse o Conselho Nacional de Pesquisas.

Na época da criação do IBBD, eram bastante limitados os serviços de informação especializados em ciência e tecnologia. Havia, principalmente, algumas bibliotecas, em instituições de ensino e pesquisa, sobretudo na área das ciências médicas e biológicas. Essas bibliotecas estavam concentradas nas cidades mais importantes, particularmente, no Rio de Janeiro e São Paulo.

Mas, aparentemente, os pesquisadores que atuavam nessas localidades não tinham grandes exigências em termos de informação científica, se for verdadeiro o depoimento, em 1956, de um renomado especialista, para quem os problemas bibliográficos se reduziam à necessidade de melhor capacitação dos bibliotecários.

Na realidade, os problemas existiam. Assim, o IBBD concentrou suas atividades na questão do acesso aos documentos primários, do controle bibliográfico da produção científica nacional e do aperfeiçoamento de recursos humanos.

De acordo com essas três linhas de atuação, dedicou-se à elaboração de um catálogo coletivo nacional de publicações periódicas, ao fornecimento de cópias de artigos científicos obtidas em bibliotecas do País e do exterior, à compilação e publicação de bibliografias especializadas da produção científica brasileira por áreas do conhecimento, e à realização de um curso regular de especialização, ao qual se seguiu, em 1970, a criação do curso de mestrado em Ciência da Informação.

Dez anos depois de iniciar suas atividades, em 1964, o IBBD havia conseguido alcançar um razoável prestigio entre a comunidade de ciência e tecnologia, graças, principalmente, aos serviços que ele lhe proporcionava diretamente. Por várias razões, sua existência tornara mais visível, fora do meio dos profissionais de Biblioteconomia, a relevância para o País da informação científica. No entanto, devido a sua proposta de órgão monolítico, suas preocupações com o planejamento ou a coordenação eram praticamente inexistentes.

Nesse ano — 1 964 - sobreveio o golpe militar que provocou importantes mudanças na vida política, econômica e administrativa do País. No âmbito do IBBD, configura-se uma crise de liderança suscitada pelo afastamento, em 1965, de sua fundadora e diretora durante mais de dez anos.

A primeira manifestação de setores ligados ao regime militar com relação à informação científica e tecnológica vamos encontrar nas recomendações de um seminário sobre educação e segurança nacional, realizado em 1966. Nessa reunião, que procurava explorar as vantagens de uma associação mais estreita entre setores da sociedade civil e as instituições militares, particularmente no campo da educação e do civismo, participaram representantes de vários órgãos de governo e o então diretor do IBBD.

A comissão desse seminário que estudou o tema relativo à criação de "um órgão nacional de coleta de dados e informações de natureza cultural", baseada na premissa de que a segurança nacional é decorrência do progresso científico e cultural e, conseqüentemente, problema de todos aqueles que atuam nos domínios da cultura", recomendou a criação de uma "rede nacional de informações científicas". O órgão central dessa rede seria o IBBD, com seu nome mudado para Instituto Brasileiro de Documentação e Informação, e que, entre outras atribuições, deveria estar voltado para a mais intensiva utilização de métodos computadorizados no armazenamento e recuperação de informações.

Algumas das recomendações desse seminário, principalmente, no setor educativo, vieram a ser concretizadas. À falta de informações mais precisas, somos levados a supor que não se tratava de uma reunião inconseqüente. Principalmente

porque fora organizada pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com o apoio da Universidade do Estado da Guanabara. Por isso, atribuímos a esse encontro a responsabilidade de ter lançado, no meio que naquele momento histórico detinha o poder político, a semente de que germinaria a idéia de um planejamento mais amplo das atividades de informação em ciência e tecnologia no País.

Três anos depois, o Ministério da Indústria e do Comércio, que criara, em 1968, um exemplar Centro de Informação Tecnológica, sugere ao governo a criação de uma rede nacional de informação tecnológica. Segundo documento de autoria da fundadora desse centro, foi essa sugestão que levou o governo a incluir em seu Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo para 1970-1 973 a de ser implantado um sistema de informações sobre ciência e tecnologia, que trataria de integrar os esforços realizados isoladamente por diferentes instâncias governamentais. Isso era considerado como um meio de aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico.

Embora esse programa de metas não pretendesse ser um novo plano.global -ressalva que provavelmente o governo militar se impunha pelas suas origens marcadamente favoráveis a um capitalismo regulado pelo 'livre jogo das leis do mercado' e por ter derrubado um governo constitucional que elaborara um plano trienal para 1963-1965, reputado como o primeiro instrumento de política econômica global e globalizante - mas um documento de "sentido eminentemente pratico e mais voltado para a execução, definindo os objetivos nacionais *e* as metas estratégicas setoriais, as realizações principais, os programas e os projetos de alta prioridade nos principais setores", ele não teve vida longa.

Em 1971, a Presidência da República divulga o texto do 1? Plano Nacional de Desenvolvimento, para o período 1972—1974. Nele, a proposta delineada no Programa de Metas e Bases relativa à informação científica aparece mais bem elaborada.

Entre o 1º PND e o 3º PND (1980-1 985) ocorreu um fato até hoje carente de explicação. E o seguinte. Em decorrência do já citado Programa de Metas e Bases, um grupo de estudos de nível governamental elaborou, nos primeiros anos da década de 70, um amplo trabalho definindo a forma que teria o almejado Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). Entregues os resultados ao governo, em 1973, os mesmos caíram, pouco a pouco, no total esquecimento. Por motivos até hoje ignorados, mencionar sigla SNICT tinha se transformado em tabu.

Durante praticamente dez anos, de 1966 a 1975, o IBBD viera perdendo terreno e não conseguia acompanhar a marcha dos acontecimentos. Uma das evidências disso foi a maneira como o mesmo foi situado nas recomendações finais da proposta do SNICT. Entrementes, com a expansão do processo de industrialização, a modernização das estruturas de serviços públicos, principalmente das telecomunicações, a ampliação das matrículas no sistema educacional e o aparecimento de novas instituições voltadas para a pesquisa, ampliou-se significativamente o número de unidades de informação.

Paradoxalmente, a evolução do setor de informação se dava sem muita relação com a letra dos planos. Estes, sem exceção, eram listas de projetos, muitos dos quais já vinham sendo implantados há algum tempo, e que eram costurados apressadamente. A sua inclusão nos 'planos' não assegurava a liberação automática de recursos, mas era, sem dúvida, um trunfo que podia ser utilizado politicamente como justificativa para obtenção de financiamentos extra-orçamentários ou empréstimos de organismos internacionais ou mesmo nacionais.

Foram inúmeras as críticas, em geral, aos dois primeiros planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico. O terceiro, para o período 1980—1985, procurava ser "um documento de diretrizes de política, definidas de modo participativo e que servirão para orientar as ações dos setores público e privado". Ao contrário dos dois planos anteriores, não apresentava um elenco de programas, projetos e atividades. Estes deveriam ser objeto de documentos que foram denominados de 'ação programada'.

De todos os três planos, esse foi o que concedeu ao IBICT o tratamento de mais alto nível, reconhecendo a necessidade de seu fortatecimento, "como órgão central com condições institucionais e materiais para desempenhar funções de coordenação, descentralizada, das atividades de informação em ciência e tecnologia no País".

Essa menção promovia o reencontro com o espírito das mudanças implantadas em 1976, quando o IBBD foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), segundo as quais este deveria ser um órgão de fomento e coordenação, com a missão de promover a

efetivação de um sistema nacional de informação em ciência e tecnologia, integrado por sistemas setoriais de informação, abrangendo todas as formas de atividades de documentação e informação.

Foi seguindo essa linha que, em 1984, tornou-se possível *a* elaboração de um documento de ação programada em informação em ciência e tecnologia. Não tendo a pretensão de um plano, conseguiu reunir, de forma sintética e objetiva, as características de um diagnóstico (expresso sob a forma de problemas de maior relevância) e de um conjunto articulado de diretrizes e atividades prioritárias.

Em comparação com a época dos estudos relativos ao SNICT, os tempos agora eram melhores. O regime militar estava em sua fase agônica e se respiravam os ares do processo de abertura. Basta comparar a quantidade de instituições *e* pessoas que participaram dos dois estudos para se constatar que, em 1 984, houve pelo menos um maior envolvimento não só do governo como também de instituições da sociedade civil.

Outro aspecto importante a ser salientado em relação à 'ação programada' é que a sua elaboração foi inteiramente conduzida pelo IBICT, sob a coordenação da Comissão de Informação em Ciência e Tecnologia do Conselho Científico e Tecnológico do CNPq.

Pela sua relevância e atualidade, cremos ser válido indicar a forma como se conduziram os trabalhos de elaboração desse documento.

Numa primeira etapa, foram identificadas sete áreas consideradas prioritárias, com a subseqüente designação de grupos de trabalho para cada uma delas. A esses grupos coube a tarefa de apontar os problemas respectivos mais relevantes e as diretrizes e atividades conducentes ao seu equacionamento ou solução. Essas áreas foram: geração de documentos primários, formação e desenvolvimento de coleções, automação de bibliotecas, bases de dados bibliográficos, difusão e uso da informação, recursos humanos, e assuntos internacionais relacionados com informação científica e tecnológica.

Numa segunda etapa, todas as propostas oriundas dos diferentes grupos de trabalho foram compatibilizadas por um grupo de acompanhamento formado por representantes de cinco instituições.

A versão preliminar foi distribuída a mais de mil pessoas e instituições da área de informação em ciência e tecnologia. Críticas e sugestões foram analisadas, e o texto final apreciado e aprovado pela Comissão de Informação em Ciência e Tecnologia do CNPq.

No momento, o documento de ação programada é um importante repositório de sugestões e diretrizes para a administração do setor de informação em ciência e tecnologia.

Duas outras atividades de planejamento merecem ser citadas. Uma delas é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), financiado parcialmente pelo Banco Mundial. Faz parte dele um subprograma de informação científica e tecnológica, sob a responsabilidade do IBICT.

A elaboração desse subprograma exigiu um grande esforço de diagnóstico da situação da informação científica e técnica no País, um intenso trabalho de negociação para definição dos projetos a serem financiados, e o estabelecimento de um mecanismo de acompanhamento e avaliação.

Esse subprograma está sendo executado, com o objetivo de melhorar os serviços de informação nas áreas de química, geociências e tecnologia mineral, biotecnologia e instrumentação. O montante total dos recursos a serem investidos é de aproximadamente seis milhões de dólares.

Contam-se com recursos adicionais de oito milhões de dólares para a informação tecnológica a cargo do Ministério da Indústria e do Comércio. Mais um milhão de cruzados para os programas horizontais de execução direta.

Uma das características interessantes do PADCT é a participação de representantes das áreas citadas, quase todos pesquisadores, no processo de seleção das instituições que receberão os recursos para implementação dos projetos.

A segunda atividade de planejamento recente é o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, elaborado pelo Ministério da Educação. Ele foi feito a partir da análise de inúmeras recomendações oriundas de seminários sobre bibliotecas universitárias, que têm sido realizados no País nos últimos quinze anos. Um texto que consolidava, compatibilizava e atualizava essas recomendações foi encaminhado a quase todo o universo de instituições potencialmente interessadas, que apresentaram suas críticas e sugestões.

Trata-se de um plano bastante abrangente, que conta com recursos financeiros de grande porte, e que, entre outros objetivos, pretende estabelecer um mecanismo de aquisição planificada de publicações periódicas. Neste preciso momento, está em fase de implantação a secretaria executiva desse programa, sendo prematuro antecipar quais serão os seus resultados.

Pela importância que tem para a informação científica no Brasil, o IBICT acompanha com bastante interesse esse programa, colaborando com os técnicos do Ministério da Educação na sua implementação.

O ATUAL PLANO DE TRABALHO DO IBICT

A administração iniciada em julho de 1985 deparou-se com um fato novo, representado pela criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, ocorrida em março do mesmo ano, com a restauração do regime democrático.

O advento do Ministério da Ciência e Tecnologia não determinou o desaparecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ao qual se acha subordinado o IBICT. Foram feitas, porém, certas modificações na competência do Conselho, havendo expectativas de que outras mudanças poderão vir a ser feitas. Uma delas seria a vinculação direta do IBICT ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Tais mudanças implicaram e implicam uma reavaliação das propostas de trabalho que o IBICT vinha seguindo. Naturalmente, procura-se evitar bruscas mudanças de curso, e os nossos esforços são dirigidos no sentido de aproveitar todos aqueles componentes de planos e programas feitos anteriormente e que se coadunem com a nova realidade da Administração e do próprio País.

Uma importante decisão adotada ultimamente foi a de identificar aquelas atividades de caráter horizontal, não-especializadas, que pudessem ser realizadas diretamente pelo próprio IBICT. Simultaneamente, foi reexaminada a forma como o Instituto se relacionava com os demais componentes do setor de informação, visando a dotá-lo de critérios que fixem responsabilidades comuns em atividades compartilhadas.

Assim, para o triênio 1987-1 989, foram definidos os seguintes subprogramas, a serem desdobrados em projetos específicos:

1. Apoio ao desenvolvimento de serviços especializados de informação em ciência e tecnologia

Inclui atividades de identificação de necessidades de informação, levantamento de potencialidades, prestação de assessoramento e assistência técnica especializada.

2. Difusão de informações em ciência e tecnologia

Prevê o fortalecimento do serviço de informação referencial do IBICT, para melhor informar aos interessados quais as instituições que, no País, podem atender às suas necessidades de informação. Neste subprograma está incluída a continuação da publicação mensal, iniciada em 1986, dos **Sumários Correntes Brasileiros.** Contempla, também, os serviços de disseminação de informações oferecidos pelo IBICT à comunidade de especialistas em informação.

3. Registro da produção científica brasileira

A inexistência de um controle adequado da produção nacional em todas as áreas do conhecimento, tanto de materiais convencionais quanto não-convencionais, é causa de muitas deficiências na provisão de serviços de informação satisfatórios. O IBICT orientará e apoiará outras instituições para que produzam, de forma descentralizada, as bibliografias ou bases de dados bibliográficos, por especialidade, disciplina ou problema. Prevê-se, ainda para o corrente ano, o início da implantação, no IBICT, de uma base de dados multidisciplinar da literatura científica brasileira publicada em periódicos, com as características de um índice de citações.

4. Divulgação científica

Constitui preocupação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a implementação de um programa integrado de divulgação científica, do qual participem suas diferentes unidades. Esse programa visa *a* levar ao conhecimento da população em geral os benefícios sociais que a adequada aplicação da ciência e da técnica pode trazer para o País. A ação do IBICT estará orientada para a formação de um núcleo de materiais audiovisuais, para ampla utilização pelos interessados, o reprocessamento de informações científicas e técnicas para linguagem acessível e sua divulgação nos meios de comunicação social, e a realização de palestras e exposições sobre ciência e técnica para o público em geral.

5. Acesso a documentos primários

Este subprograma engloba as atividades do Programa de Comutação Bibliográfica, mantido em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação, e que possibilita a operação de uma rede cooperativa, de âmbito nacional, de fornecimento de cópias de artigos científicos; e do SICTEX, que, sob a responsabilidade executiva do Ministério das Relações Exteriores, coleta informação de difícil acesso em alguns países industrializados. Faz parte deste subprograma o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas, que contém informações sobre acervos de mais de 80 mil títulos de periódicos em quase 900 bibliotecas do País.

Esse catálogo coletivo está totalmente computadorizado, utilizando metodologia e suportes lógicos inteiramente desenvolvidos pelo IBICT. Está ligado à Rede Nacional de Comutação por Pacotes, o que facilita a sua consulta, em linha, por meio de terminai de computador, por usuários remotos.

6. Acesso a bases de dados em ciência e tecnologia

Inclui a manutenção, no Rio de Janeiro, em colaboração com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de um terminal de acesso a bases de dados estrangeiras sediadas em grandes sistemas, como o DIALOG, ORBIT, QUESTEL e, futuramente, *o* STN, da Alemanha Federal, e o INFOLINE.

O IBICT desenvolve, desde 1977, um esforço intenso no sentido de adquirir para processamento em centros nacionais fitas magnéticas de sistemas de informação estrangeiros. O seu papel foi fundamental na instalação do Centro de Informações Nucleares, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, no Rio de Janeiro, que hoje processa localmente a base de dados do Sistema Internacional de Informação Nuclear (INIS).

Cerca de 40 das mais importantes bases de dados estrangeiras são hoje regularmente adquiridas por instituições brasileiras. O seu uso, no entanto, quase sempre está limitado aos utilizadores das instituições onde essas bases residem. A fim de criar condições de acesso a usuários remotos, o IBICT, junto com outras instituições, está realizando um estudo relativo à implantação de um sistema de acesso público *a* bases de dados. Faz parte desta linha de atividades o desenvolvimento, de forma descentralizada, de bases de dados nacionais.

7. Informação para apoio ao planejamento de ciência e tecnologia

A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia veio tornar mais premente a necessidade de contarmos com meios adequados para coleta e processamento de informações de todos os tipos, que possam subsidiar a formulação da política nacional de ciência e tecnologia. Nessa linha, o IBICT processa e difunde por processos informatizados, dados relativos a pesquisas em andamento no País e sobre instituições atuantes em ciência e tecnologia. Prevê-se, a médio prazo, a implantação de bases de dados que contenham indicadores estatísticos em ciência e tecnologia.

***8.* Desenvolvimento de recursos humanos**

Este subprograma abrange diferentes atividades de formação e capacitação de pessoal, que incluem o apoio a programas formais de pós-graduação em biblioteconomia e ciência da informação.

9. Padronização e normalização

Este subprograma, que inclui a devida articulação com outras instituições que contemplam interesses comuns, abrange o desenvolvimento de manuais, recomendações, propostas de normas, ferramentas para o trabalho de documentação, metodologias especiais, etc.

10. Desenvolvimento de métodos informatizados

Diante da necessidade de se promover o uso mais efetivo de computadores nas atividades de informação, privilegiando a adoção de equipamentos de fabricação nacional, o IBICT vem trabalhando no desenvolvimento de suportes lógicos que possibilitem o processamento de informação bibliográfica em computadores de pequeno e médio porte.

11. Cooperação internacional

A informação em ciência e tecnologia tem inúmeras implicações internacionais. Várias são as instituições, estrangeiras ou internacionais, que atuam nesse campo e buscam relacionamento e cooperação com o Brasil. De nossa parte, também muito nos interessamos pelo estabelecimento de vínculos de cooperação com outras nações.

No caso particular de Portugal, devemos registrar a colaboração estabelecida entre a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da qual resultou a tradução para o português do tesauro SPINES, sobre política científica e tecnológica. O IBICT, que também participou desse trabalho, espera que essa colaboração seja mantida e ampliada.

O IBICT tem sido, tradicionalmente, o canal para o estabelecimento de projetos de cooperação internacional no setor de informação. No momento, por exemplo, estamos concluindo negociações com a União Latina para a realização de projetos de interesse comum no campo da terminologia científica e da informática lingüística.

A criação de um catálogo coletivo, informatizado, de traduções de artigos e relatórios técnico-científicos, bem como a ampliação e atualização de um cadastro de tradutores, que se encontra na Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio, fazem parte de nossos planos no domínio das soluções possíveis para a questão da barreira lingüística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais canhestras e pouco felizes que tenham sido as tentativas de planejamento do setor de informação em ciência e tecnologia elas contiveram alguns aspectos positivos. Em primeiro lugar, ficou evidente que o setor assumiu uma certa visibilidade perante o Estado o que levou a reforçar a consciência de setores mais amplos da sociedade para a importância da informação científica e técnica.

Em segundo lugar, pela própria natureza das atividades de planejamento, que requerem negociações e a busca de consenso, possibilitou aos especialistas em informação, principalmente os bibliotecários, a oportunidade de romperem as redomas de cristal em que habitualmente se abrigam, levando-os a porem à prova a validade de um discurso usualmente metafórico e lírico.

A integração desses profissionais num processo que costumava ser dominado pelos tecnocratas da burocracia estatal se, por um lado, levou-os a se contaminarem de muitos dos vícios e defeitos típicos dessa casta organizacional, permitiu, por outro lado, que adquirissem um maior domínio das técnicas de planejamento e uma melhor compreensão das complexidades inerentes à construção de serviços de informação ajustados às necessidades sociais.

É claro que houve um momento em que o planejamento passou a ser, no setor de informação, um fim em si mesmo. Era a época em que os cristãos novos convertidos a esse credo dedicavam-se, incansavelmente, a produzir relatórios e mais relatórios, com planos, programas e projetos. Na grande maioria das vezes, não saíram do papel. Em alguns casos, porém, essa orgia papirófila deixou efeitos residuais positivos. Mesmo no caso frustrado do SNICT, já mencionado, algumas propostas vieram a se concretizar, como é o caso do Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior (SICTEX), do Ministério das Relações Exteriores, que é responsável pela coleta e difusão de documentos não-convencionais produzidos nos países industrializados mais importantes.

Não se podem perder de vista as vicissitudes do planejamento nas condições de um país subdesenvolvido. O exercício intelectual de planejar, como ação que identifica carências, estabelece metas, define prioridades e indica os meios para alcançar os resultados previstos, pode ser perfeitamente executado, dada a existência da competência técnica. O busílis da questão é executar os planos. Sobre isso correm no País as mais curiosas anedotas, onde o tema principal gira em torno do tecnocrata planejador que, em face das dificuldades de execução dos seus planos, dá de ombros, reiterando que, como planejador, seu mister está concluído. Os 'executores' que se lixem.

Isso nos leva ao patamar mais alto onde se situa o poder político de fato. É esse poder político que, em última instância, decide, numa sociedade de baixo índice de participação popular, sobre onde e como aplicar o excedente econômico. E, numa escala de prioridades, os recursos financeiros disponíveis são atribuídos a finalidades outras, de uma maneira que quase sempre passa ao largo de preocupações com os interesses sociais ou *a* própria racionalidade inerente ao processo de planejamento.

Temos exemplo recente de um programa, resultado de uma ação de planejamento, que, mesmo contando com recursos financeiros perfeitamente definidos, foi sendo sucessivamente submetido a cortes orçamentários, de tal modo que hoje ele é uma diáfana imagem das ambiciosas propostas originais. Este é um caso ainda mais complicado do que o descrito no parágrafo anterior. Tudo estava definido e havia o compromisso de que o programa seria executado, pois os recursos financeiros estavam definidos. Mas, as mudanças na administração, as pressões de outros setores que consideram os seus pleitos mais prioritários e que detêm maior poder de barganha política, no assédio a recursos que são inexoravelmente finitos, para não dizer limitados, acabaram por levar a alterações substanciais de decisões dadas como inarredáveis.

A coordenação constitui outro dilema. A idéia em que se baseia é extremamente razoável, tendo em vista a própria escassez de recursos e a necessidade de serem evitadas superposições de competências e

duplicações de esforços. Nas condições específicas do Brasil, do ponto de vista administrativo, polftico e cultural, a coordenação governamental é bastante complicada.

Em alguns setores, como, por exemplo, o da eletricidade ou das telecomunicações, essa coordenação alcançou alto nível de eficiência. Criaram-se fortes estruturas técnicas e burocráticas, *as* quais, pela própria natureza dos serviços prestados e dos condicionamentos econômicos, para não se falar do monopólio que o Estado exerce, permitiram que se alcançasse a almejada coordenação.

No âmbito do setor de informação em ciência e tecnologia, qualquer possibilidade de coordenação depende de dois fatores essenciais. O primeiro deles é colocar numa mesma instância ou instituição tanto as prerrogativas de planejamento quanto os recursos financeiros a serem repassados para os demais responsáveis pelas atividades de informação. O segundo é a própria complacência dos outros componentes do setor em se deixarem coordenar.

No caso brasileiro, as atividades de informação são realizadas, em sua maior parte, por instituições do setor público. Este, porém, não se apresenta de forma homogênea, estando subdividido em diferentes órbitas de poder. Assim, temos os órgãos da administração direta, que são relativamente suscetíveis a mecanismos de coordenação. Já os órgãos da chamada administração indireta, que também se subdividem em diferentes categorias, possuem relativa independência quando comparados com os da administração direta. Estão neste caso, por exemplo, as universidades federais consideradas como autarquias.

Outro ente importante é o das chamadas fundações de caráter público, que gozam ainda de maior independência de ação. Algumas universidades e instituições de pesquisa encontram-se nesta situação.

Girando em órbita própria e usufruindo de amplos poderes em suas políticas *e* decisões, além de contarem com recursos bastante vultosos, encontram-se as grandes empresas estatais. O seu raio de ação é amplo e diversificado. Vão desde a Petrobrás, que é hoje uma das vinte maiores empresas do mundo ocidental, até instituições de pesquisas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que é responsável por um complexo sistema de informação em ciências agrícolas.

Finalmente, mas não menos importante, existe o setor privado. Este, em termos de serviços tradicionais de informação, não chega a ser significativo. No entanto, sua importância tende a crescer na esfera de serviços computadorizados, inclusive no que tange ao acesso a bases de dados internacionais. Uma certa coordenação, em face da importância estratégica e econômica do fluxo de dados transfronteiras e da lei de reserva de mercado para equipamentos de processamento de dados, é aqui exercida pela Secretaria Especial de Informática, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Como se configuraria, numa situação tão complexa, a proposta de coordenação? Não temos uma resposta para isso. Num regime de tipo autoritário, é bastante provável que se consiga alcançar essa meta. Aí a complacência dos coordenados é obtida não por consenso, mas pela simples forca. Numa sociedade democrática, principalmente quando as aspirações de participação estiveram sufocadas durante tanto tempo, cresce a ojeriza à coordenação, encarada, geralmente, como tutela do Estado sobre as instituições da sociedade civil e os indivíduos. Estes, particularmente, no caso da informação científica, são um elo muito sensível e bastante refratário a aceitar orientações normativas ou racionalizadoras. São os usuários, os utentes, os utilizadores que resistem a aceitar normas ou procedimentos que, de alguma maneira, impliquem a colocação de alguma dificuldade adicional no acesso fácil, livre e desimpedido a toda e qualquer *informação que* imaginem possa interessar-lhes.

Acreditamos que, numa sociedade democrática, a possibilidade de se chegar a algum tipo de coordenação do setor de informação dependa, fundamentalmente, de se alcançar um nivelamento médio das disponibilidades, dos recursos existentes, e da melhoria geral da qualidade dos serviços. Conquistado um certo padrão de serviços de qualidade, corrigidas as desigualdades mais graves no acesso à informação, assegurada uma repartição mais equânime dos recursos financeiros, talvez se possa chegar a um grau de satisfação mínima que possibilite a discussão de propostas de coordenação.

Em certas áreas da vida social, muitas vezes o raciocínio e a crítica carregados de conotações ideológicas (no sentido hipostático do conceito de ideologia) provocam distorções e deformações que inibem ou desvirtuam a própria prática social. No Brasil, os profissionais da informação ainda não ideologizaram, de modo relevante, a reflexão sobre suas atividades. Em compensação, é com extrema ductilidade que se deixam amoldar por modismos, por palavras mágicas, por modelos ideais elucubrados no exterior e que tentam impor sobre

uma realidade que fazem questão de ignorar. Aqui, então, surge a hipostasia. O ideal, a ficção alienígena, é tomada como verdade em si mesma, de aplicação universal.

São modismos perversos. São palavras reducionistas, em torno das quais as pessoas realizam uma coreografia idolátrica. Ali estão os totens. Palavras fetichizadas, como planejamento, coordenação, sistema e tantas outras.

A criação e funcionamento de serviços de informação decorrem de necessidades sociais determinadas. São construções do homem, emanadas de um contexto historicamente determinado. É nesse contexto, com seus condicionamentos específicos, inclusive de natureza cultural, que se devem erigir essas organizações. Pensá-las em termos ideais, onde inexistam os conflitos que levam ao encontro de soluções objetivas e possíveis, somente contribuirá para a perpetuação desse monótono bailado em torno de palavras.

Planning and coordination of scientific and technological information in Brazil.

ABSTRACT

Based on a historical exposition of facts, institutions, and government papers, the situation related to the development of scientific and technological information in Brazil is outlined.The establishment of IBBD in 1954 is analyzed, as well as its transformation into IBICT (1976) and the evolution of their aims in view of the changes in government policies, as well as the necessary adaptation to the Brazilian reality in the scientific and technological information area. The creation of the Technological information System (1 968) in the Ministry of Industry and Trade is mentioned, and also the work carried out to define a proposed National System of Scientific and Technological Information, both considered as important stages in planning information activities. The elaboration of the Programmed Action for Information on Science and Technology (1984), which is both a diagnosis and a set of guidelines is emphasized.
Two other planning activities are also mentioned: the Program to support the Scientific and Technological Development, and the National Plan for University Libraries. The sub-programs included in IBICT Triennial Plan (1987-1989) are outlined. The difficulties in planning information activities in a underdeveloped country are underlined. They include: the real execution of plans and the irregular allocation of funds. Due to elements of varied complexity, the so much wanted coordination function, specially in a democratic society, is very difficult to be achieved.